

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAINDIR**

**REQUERIMENTO Nº 2007  
(Do Senhor José Guimarães)**

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão, para discutir as questões relativas à demarcação de terras indígenas no Estado do Ceará, com a presença do Ministro da Justiça, Presidente da Funai e o Chefe do Núcleo de Apoio Local da Funai no Ceará.

Senhora Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão para debater sobre a demarcação de terras indígenas no Estado do Ceará, contando com a presença do Exmº Sr. Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, Ilmº Sr. Presidente da Funai, Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, e o Ilmº Sr. Chefe do Núcleo de Apoio Local da Funai no Ceará, Sr. Nemézio Moreira de Oliveira Júnior, para exporem sobre a situação das demarcações de terras indígenas no Estado.

**Justificativa**

A demarcação de terras indígenas, segundo informações, é um processo lento e muito problemático, quer pela ação pessoas que se identificam como proprietários das terras e contestam a delimitação da área, quer pela lentidão do processo na Funai que, no caso do Ceará, carece de profissionais para a fundamentação antropológica, identificação e delimitação das áreas que serão encaminhadas ao Ministro da Justiça para a assinatura das portarias declaratórias e, a correspondente, homologação pelo Presidente da República.

No Estado do Ceará existem áreas cujos processos já duram 20 anos, como é o caso da terra indígena Tapeba, no município de Caucaia, cuja área já sofreu três diminuições e o processo ainda está na fase de defesa do relatório das contestações. É uma área de conflito constante, onde com frequência é necessária a intervenção policial.

Outra área com problemas graves é a terra São José e Buriti, no distrito de Marinheiro, município de Itapipoca, de etnia Tremembé. Na última semana, a região foi vistoriada pelo núcleo local da Funai, acompanhado de Juiz Federal e Procurador da República, para constatação de conflito decorrente da ação de empresa multinacional que deseja se instalar dentro da terra indígena.

A área carece de urgente da iniciativa da Funai com vistas à elaboração da fundamentação antropológica sob pena dos conflitos culminarem em tragédia.

Há, ainda, outras áreas com processos em andamento, algumas já com 15 anos de tramitação, cuja presença das comunidades indígenas não acarreta nenhum conflito, com acordos firmados e, entretanto, não caminham para uma solução definitiva gerando profundo sentimento de angústia e insatisfação nas comunidades, pelo que se justifica debater o assunto em maior profundidade.

SALA DAS COMISSÕES, de Junho de 2007.

José Guimarães  
Deputado Federal (PT-CE)